



PLANO DE ENSINO

1. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA		
CURSO: Comunicação Social – Relações Públicas	PERÍODO LETIVO: 2017.2	TURMA: 01
DISCIPLINA: Direitos Humanos, Comunicação e Cidadania	SIGLA: IHC066	
CARGA HORÁRIA TOTAL: 60h	CRÉDITOS: 04	
TEÓRICA: 60h	PRÁTICA: -	PRÉ-REQUISITO: Não tem – optativa.
PROFESSOR (ES) : Henrique Wendhausen		
E-MAIL(S): henriquew@ufam.edu.br		
Horário das aulas teóricas Quinta-Feira - 14h / 18h.	Horário das aulas Práticas	Horário e local de atendimento de alunos: Terça-Feira - 14h / 16h; sala de professores da Faculdade de Informação (FIC), do Curso de Relações Públicas.
2. EMENTA(conforme o PPC do curso)		
<p>Direitos humanos, comunicação e cidadania: abordagem histórico-cultural e discussão das interfaces e bases conceituais da evolução do processo de afirmação dos direitos humanos na sociedade brasileira. Legislação e políticas públicas de direitos à comunicação, à informação e à cidadania. Mídia, diversidade cultural, (in)tolerância, democracia e pluralismo político.</p>		
3.OBJETIVOS		
3.1 GERAL(conforme o PPC do curso)		
<p>Propiciar um espaço de reflexão e análise sobre questões relacionadas à comunicação, à cidadania e à vivência plena dos direitos humanos, estimulando nos alunos o interesse e a compreensão para o desenvolvimento da responsabilidade social na perspectiva da diversidade enquanto sujeitos históricos e futuros profissionais da área da comunicação.</p>		
3.2 ESPECÍFICOS (se houver)		
<p>Desenvolver estudos sobre o processo histórico e presencial de controle social sobre os direitos humanos em suas diferentes possibilidades e modalidades;</p> <p>Proporcionar um espaço de reflexão e discussão sobre questões relacionadas à comunicação, à cidadania e à vivência plena dos direitos humanos, contribuindo para o desenvolvimento de uma cultura de respeito e difusão de direitos fundamentais;</p> <p>Estimular os alunos quanto ao interesse e à compreensão de questões relativas à cidadania e aos direitos humanos na perspectiva da diversidade.</p>		



4. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO/CRONOGRAMA

Datas	Aulas		Conteúdo	Professor**
	Carga horária	Tipo (T,P)*		
03ago17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Apresentação, discussão e aprovação do plano de curso da disciplina. Introdução aos DH.	
10ago17	4	T/P	<ul style="list-style-type: none">• DH, comunicação, informação e mídias – discussão e atividade prática c/jornais	
17ago17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Comunicação, multiculturalismo e políticas públicas.	
24ago17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• O direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos. Leitura dirigida.	
31ago17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Cidadania e direitos humanos. Atividade em equipe sobre segmentos de direitos humanos e políticas públicas.	
14set17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• A Lei de Acesso a Informações e o controle social – Transparência e direitos fundamentais.	
21set17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Programas de ensino de DH no Brasil.	
28set17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Palestra com professor convidado sobre educação de DH e debate.	
] 05out17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Diversidade e cidadania.	
19out17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Multiculturalismo, ética e DH no Brasil.	
26out17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Observatórios de DH.	
09nov17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Direitos fundamentais na sociedade da informação (tecnologias).	
16nov17	4	T	<ul style="list-style-type: none">• Espaços de construção da cidadania e respeito à diversidade: gênero, raça, etnia, orientação sexual, opções políticas e religiosas.	



23nov17			Realização do Seminário Observatório de Direitos Humanos, Cidadania e Comunicação – atividade final com vistas à socialização dos trabalhos realizados.	
30nov17			Avaliação da disciplina e entrega das notas das atividades de avaliação	
07dez17			Prova final escrita	

*Aula teórica ou prática

** Em caso de disciplinas compartilhadas

5. PROCEDIMENTOS DE ENSINO E DE APRENDIZAGEM

- Apreciação e debates sobre pesquisas de temas pertinentes.
- Palestras com convidados.
- Visitas técnicas e trabalhos (oficinas e observatórios) em equipes.
- Orientação das equipes em sala de aula.
- Aulas expositivas e dialogadas com debate.
- Leitura dirigida e discussão de textos, vídeos e notícias.

6. PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO

a) Trabalho de leitura dirigida, preparação de resumo e exposição oral sobre temáticas pertinentes à ementa (individual ou dupla, a depender da quantidade de alunos matriculados, com cronograma definido a partir de sorteio – envolve também outras atividades de ensino-aprendizagem desenvolvidas ao longo curso, tais como oficinas e exercícios avaliativos - com peso 01 e notas de 01 a 10).

b) Trabalho em equipe (3 a 4 acadêmicos por equipe) sobre segmentos de direitos humanos e políticas públicas, com vistas à realização do Seminário Observatório de Direitos Humanos, Cidadania e Comunicação ao final do curso, com apresentação e socialização dos trabalhos realizados (considerar-se-á também a avaliação processual com orientações de equipes ao longo do curso - peso 01 e notas de 01 a 10, com cronograma de apresentação definido a partir de sorteio.).

c) Prova final dissertativa e escrita sobre as matérias escritas e discutidas ao longo curso (opcional para quem atingiu média oito [08] em exercícios de avaliação anteriores, conforme a Resolução N° 23/2017, do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão).

Critérios de avaliação:

- Conhecimento do tema abordado, coerência e clareza de expressão em exposições orais e escritas;
- Desenvolvimento das atividades com ética e comprometimento;
- Avaliação processual: participação, assiduidade, pontualidade e desenvolvimento das atividades de acordo com as recomendações;
- Comprometimento e competência das participações individuais na produção de trabalhos em equipe (relatório de autoavaliação);
- Qualidade dos trabalhos apresentados: domínio de conhecimentos, criatividade e inovação.



7. REFERÊNCIAS (conforme o PPC do curso)

7.1 BÁSICA (mínimo de 03 indicações, conforme o PPC do curso)

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. – Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2007. 76 p.

COMPARATO, Fabio Konder. A afirmação histórica dos direitos humanos. São Paulo: Saraiva, 2003.

DALLARI, Dalmo de Abreu. Direitos Humanos e Cidadania. São Paulo: Moderna, 2001.

PIOVESAN, Flavia. Temas de direitos humanos. São Paulo: Max Limonad, 2003.

7.2 COMPLEMENTAR (mínimo de 05 indicações, conforme o PPC do curso)

BARCELLOS, Ana Paula. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço democrático. In: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (Org.). Direitos fundamentais: orçamento e “reserva do possível”. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010. cap. 5. p. 101-132.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2007.

_____. Ministério da Educação/Conselho Nacional de Direitos Humanos 3. Diretrizes Nacionais de Educação de Direitos Humanos para Educação Básica e Superior. Brasília, 2010.

BENEVIDES, Maria Victoria. A cidadania ativa. São Paulo: Ética, 1991.

BOBBIO, Norberto. A era dos direitos. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

CANDAU, Vera Maria. Multiculturalismo e Direitos Humanos. In: REDE BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. Construindo a Cidadania: desafios para o século XXI. Capacitação em Rede. Recife: RBDH, 2001.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. O que é cidadania. Coleção Primeiros Passos. São Paulo: Brasiliense, 1995.

JACCOUD, Luciana (Org.) Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo. Brasília: IPEA, 2009.

LIMA, Venício A. De Lima; GUIMARÃES, Juarez; AMORIM, Ana Paola (Orgs.). Em defesa de uma opinião pública democrática: conceitos, entreves e desafios. São Paulo: Paulus, 2014.

MATTELART, Armand. A construção social do direito à comunicação como parte integrante dos direitos humanos. Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação. São Paulo, v. 32, n. 1, p. 33-50, jan/jun. 2009.

MELO, José Marques de. MacBride, a NOMIC e a participação latino-americana na concepção de teses sobre a democratização da comunicação. LOGOS 28: Globalização e comunicação internacional. Ano 15, 1º semestre, p. 42-59, 2008.

Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/28/03_josemarques.pdf>. Acesso em maio de 2012.



NOVAES, Carlos Eduardo; LOBO, César. Cidadania para principiantes: a história dos direitos do homem. São Paulo: Ática, 2004.

NETO, Guilherme Fernandes. Direito da comunicação social. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

RABENHORST, Eduardo Ramalho. Dignidade humana e moralidade democrática. Brasília: Brasília Jurídica, 2001.

RAMOS, Murilo César. Comunicação, direitos sociais e políticas públicas. In: MELO, José Marques de; SATHLER, Luciano. Direitos à comunicação na sociedade da informação. São Bernardo do Campo: UESP, 2005. cap. 10. p. 245-253.

ROBLES, G. Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual. São Paulo: Manole, 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Se Deus fosse um ativista dos direitos humanos. São Paulo: Cortez, 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. (org.) Direitos fundamentais, informática e comunicação: algumas aproximações. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2007.

SARLET, Ingo Wolfgang; Martos, José Antonio Montilla; RUARO, Regina Lindem. (coords.) Acesso à informação como direito fundamental e dever estatal. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2016.

SILVA, Andréia Gonçalves. Fontes de informação jurídica: conceitos e técnicas de leitura para o profissional da informação. Rio de Janeiro: Interciência,

UNESCO, Um mundo e muitas vozes: comunicação e informação na nossa época. [Relatório MacBride – jurista e jornalista escocês Sean MacBride]. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1983.

_____. Programa Mundial para Educação em Direitos Humanos. Brasília, 2005.

VALENTE, Jonas. Regulação democrática dos meios de comunicação. São Paulo: Fundação Perseu Abreu, 2013.

WENDHAUSEN, Henrique. Comunicação e mediação das ONGs: uma leitura a partir do Canal Comunitário de Porto Alegre. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

_____. Direitos à Comunicação: a implementação da lei de acesso a informações na UFAM. 53 f. Monografia (Graduação em Direito) - CEULM/ULBRA, Manaus, 2012.

_____. A lei de acesso a informações e as relações públicas: a experiência da Universidade Federal do Amazonas. In.: CHAMUSCA, Marcello; CARVALHAL, Márcia. Relações públicas e comunicação no contexto contemporâneo. Vol. 1, Salvador: VNI/ ALARP Internacional, 2014. Cap. 4, p. 188-205.

LOCAL E DATA: Manaus, 19 de junho de 2017

ASSINATURA DO PROFESSOR:

DATA DA APROVAÇÃO DO COLEGIADO DO CURSO: 19/06/2017

DATA DA ASSINATURA DO(A) COORDENADOR DO COLEGIADO (A) DO CURSO: 28/06/2017

Judy Lima Tavares Sales
Coordenação de Comunicação
Social-Relações Públicas